

Relatório

Audição pública sobre a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular

1. Iniciativa e antecedentes

Por deliberação unânime da Assembleia Municipal de Lisboa, tomada em 16 de junho de 2015 sobre a [Proposta 4/PAM/2015](#), da Mesa e do Grupo Municipal do PEV, realizou-se no dia 9 de julho de 2015, às 18.30, na sala do plenário do Fórum Lisboa, uma audição pública sobre a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular, aberta a todos os interessados e amplamente divulgada no site da Assembleia, na comunicação social e nas redes sociais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL LISBOA
www.am-lisboa.pt

AUDIÇÃO PÚBLICA

Sobre alienação dos terrenos da antiga Feira Popular

FÓRUM LISBOA
9 JULHO 18H30
AV. ROMA 14 

PARTICIPE

Promovida pela Assembleia Municipal de Lisboa, aberta a todos os interessados, entrada livre, inscrições para intervir em <http://debaterlisboa.am-lisboa.pt> ou no Fórum Lisboa, a partir de 8 de julho, até ao limite de 30.

A audição pública incidiu sobre a [Proposta 395/CM/2015](#), de realização de uma hasta pública para a alienação do terreno municipal de Entrecampos, com uma área de 42.550m², e teve na sua origem a [Petição 11/2015](#) e a [Recomendação 7/73](#) (PEV).

A audição coincidiu com uma reunião conjunta da 1ª e 3ª Comissões Permanentes, encarregues de apreciar a petição 11/2015 e a Proposta 395/CM/2015, e foi dirigida por uma mesa constituída pela Presidente da Assembleia Municipal, Helena Roseta, pela Presidente da 1ª Comissão Permanente, Irene Lopes, e pelo Presidente da 3ª Comissão Permanente, Victor Gonçalves.

A Câmara fez-se representar pelo seu Presidente, acompanhado do Vereador Manuel Salgado e do Dr. António Furtado, Director Municipal de Gestão Patrimonial.

As inscrições do público para intervir na audição foram recolhidas on-line e presencialmente, na véspera e no próprio dia 9 de julho de 2015.

2. Intervenções (público, mesa, deputados municipais e Presidente da Câmara)

A audição, que foi transmitida em directo e cuja gravação em vídeo está disponível no canal youtube, em <https://www.youtube.com/watch?v=-GL9hou-NtA>, foi aberta com uma intervenção da Presidente da Assembleia, que recordou ser objectivo fundamental desta iniciativa ouvir os cidadãos sobre a proposta de alienação do terreno municipal de Entrecampos.

Seguiu-se a apresentação pelo Presidente da Câmara das linhas mestras da proposta 395/CM/2015.

De seguida intervieram os cidadãos **José Toga Soares**, Presidente da Associação de Moradores das Avenidas Novas, **Francisco Nunes da Silva**, **Augusto Vasco Costa**, **Teresa Sá e Melo**, **Luísa Chaves**, da Direcção da Associação de Moradores das Avenidas Novas, e **Licínia Dias**.

A mesa deu depois a palavra aos membros da 1ª e 3ª Comissões Permanentes, tendo usado da mesma a **DM Rosa Maria Carvalho da Silva**.

Seguiu-se uma intervenção do Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas.

A mesa voltou a dar a palavra ao público, neste caso à cidadã **Ana Regalado**, a quem o Presidente da Câmara respondeu também.

Constatando que havia mais dois cidadãos que, não se tendo inscrito para falar, o desejavam fazer, a mesa deu ainda a palavra a **Nuno Clímaco** e **Luís Miguel Lopes**.

Após uma breve resposta da mesa à intervenção de Nuno Clímaco, usou da palavra novamente o Presidente da Câmara para responder a estas duas últimas intervenções, após o que, não havendo mais inscrições, a mesa deu a audição por concluída.

Resumem-se no **ponto 3** deste Relatório todas as intervenções do público.

No **ponto 4** deste Relatório remete-se para o guião minutado de todas as intervenções na gravação integral da audição, disponível on-line.

3. Resumo das intervenções do público

1º - José Toga Soares, Presidente da Associação de Moradores das Avenidas Novas, após cumprimentar os vereadores e deputados municipais presentes, agradeceu a todos os subscritores da petição 11/2015, afirmando que a política local não deve ser escrutinada apenas de 4 em 4 anos. Preocupa-o a alienação de um terreno desta dimensão no coração da cidade, bem como a distribuição dos usos previstos, com 60% para terciário mas apenas 20% para habitação. Esta zona tem vindo a perder moradores e haverá um aumento de circulação rodoviária em artérias já hoje congestionadas. Questiona o acesso automóvel obrigatoriamente pela Av. 5 de Outubro e a falta de um estudo de tráfego e circulação. Estranha que apenas se imponha ao promotor a construção de um arruamento entre a Av. 5 de Outubro e a Av. da República. É pouco, porque este terreno sempre esteve ao uso da população, recordando o Teatro Vasco Santana. Lamenta a ausência de equipamentos culturais e sociais, como centros de dia, creches, apoio escolar. Suscitou algumas questões muito directas:

- há ou não uma política de repovoamento no centro da cidade?
- numa freguesia com excesso de oferta imobiliária para o sector terciário, não será excessivo abrir mais espaço para esse sector?
- é verdade que se prepara a alocação deste espaço a uma nova superfície comercial, quando existem pelo menos 6 no raio de 1km?
- se a Estação de Entrecampos é a estação intermodal da cidade, não seria útil criar novas valências neste equipamento?
- há ou não um estudo de tráfego que sustente a opção do acesso apenas pela Av. 5 de Outubro?

2º - Francisco Nunes da Silva afirmou que nesta fase não tinha grandes intervenções a fazer, partilhando as preocupações pelo excesso de oferta imobiliária para serviços e pela falta de algumas infra-estruturas de educação, creches, etc.

3º - Augusto Vasco Costa felicitou a Assembleia Municipal pela iniciativa e apelou ao bom senso. O objectivo para Lisboa deve ser preservar a sua silhueta, a escala das suas ruas, praças e bairros. Para isso há que reduzir o número médio de pisos acima do solo, que em vez de 7 deviam ser 4 (mais um amansardado), aumentando-se em contrapartida a área de construção através do aumento da área de implantação, que devia passar de 50% para 60% ou 65%, para criar escala humana, aproveitando-se as duas primeiras caves para uso terciário. Se se pretende um “mix” de usos, concorda com o primeiro orador e entende que não devemos voltar a distribuir a cidade por “zonas” de usos, mas propor “mixes” de usos com uma proporcionalidade mais equilibrada. A habitação deveria ser 40 ou 45%. Todos seriam beneficiados, desde os promotores ao município e aos lisboetas, que voltariam a usufruir deste espaço. Mas se se continuar a promover 17 pisos, advertiu, como se fez na Fontes Pereira de Melo, ou 8 pisos na primeira fila junto ao Tejo, quando a área histórica envolvente tem apenas 3 ou 4, está-se a contribuir para o afastamento crescente dos cidadãos face aos políticos e a apoiar os movimentos populistas. Apelou novamente ao bom senso, invocando que as cidades, para serem auto sustentáveis, requerem cedências. Interpelou a assistência: onde querem viver? Em Chelas ou no Chiado, que tem o triplo da densidade de construção? O problema, concluiu, é de escala e de “mixes” urbanos.

4ª - Teresa Sá e Melo informou que não tinha preparado texto, tendo agradecido enquanto cidadã às duas associações de moradores que fizeram a petição. Residente no centro da cidade, criticou a degradação urbanística, nomeadamente com “executivos de esquerda”. Recordou que o vereador Manuel Salgado afirmou que já não existiam grandes edificações em Lisboa, mas afinal tinham sido propostos os 16 hectares da Colina de Santana, ou o gaveto do Imaviz, ou agora a Feira Popular. Sabe que a Câmara precisa de dinheiro, mas anda toda a gente atrás dos milhões. Considera que a zona ribeirinha está deformada, dando como exemplos o bloco que foi encostado à Gare Marítima na Praça do Comércio, cujas obras elogia mas critica a escolha dos candeeiros, que deveriam ser os do século XIX. Discordou também do Observatório da Toxicodependência no Cais do Sodré, do hotel e do museu na frente Tejo, bem como da instalação da Fundação Champalimaud naquele local. Criticou o abuso dos hotéis que ocupam o passeio público e as grelhas do metropolitano que estão 30 cm acima do solo. Teceu ainda considerações políticas sobre o Presidente da Câmara e sobre o Vereador Manuel Salgado.

5ª - Luísa Chaves, da Direcção da Associação de Moradores das Avenidas Novas, recordou as suas memórias da antiga Feira Popular e questiona por que não foi possível mantê-la. Confessou ficar assustada com a percentagem de 60% para escritórios, pois falta habitação para o comum dos lisboetas. Confessou ainda que era natural do Porto, embora viva nas Avenidas Novas há 53 anos, mas conhece outras capitais europeias onde há grandes parques e Lisboa só tem o Parque Eduardo VII. Acha que há falta de zonas de lazer na cidade. Pretende transparência sobre estes 101 milhões de euros (*que a Câmara gastou para readquirir os terrenos de Entrecampos*).

6ª - Licínia Dias afirmou partilhar das preocupações já manifestadas. Lembrou que a Câmara prometeu devolver um Parque de Diversões à cidade e que seria altura de avançar com a concretização dessa promessa. Não espera que esse Parque venha a ter a centralidade da Feira Popular, mas terá de ser num sítio acessível, mesmo para as pessoas mais pobres. Pergunta por que é que não se obriga o promotor a repor um equipamento cultural polivalente, recordando o antigo Teatro Vasco Santana. Considera que o terreno indicado pela Câmara para colocar equipamento fica nas traseiras de uma rua pouco frequentada. Questiona a falta de participação dos cidadãos nestas iniciativas, referindo que fez um esforço de divulgação mas que ouviu responderem-lhe que isso não vale nada, porque “eles depois só fazem o que lhes apetece”.

7ª – Ana Regalado colocou uma questão sobre o turismo. Considerou que deveria haver uma oportunidade para aproveitar o que se tem feito noutras zonas da cidade para criar um ponto de atracção turística nas Avenidas Novas, nomeadamente ao nível dos jardins, de forma a dinamizar toda a zona.

8ª - Nuno Clímaco lembrou que a situação actual nas Avenidas Novas não é agradável, por ter pouca vivência de rua, pois a zona está cheia de escritórios (citou o edifício Marconi) e ao fim do dia há muito pouca gente na rua. Citou como mau exemplo o caso do loteamento da EPUL para jovens, na Av. das Forças Armadas, que apesar de estar no centro da cidade não tem vivência de centro. Sustentou que, sendo crítica a questão do preço para a determinação da percentagem de habitação ou escritórios no terreno de Entrecampos, deveria ter havido um

modelo de participação mais activo, podendo até ser um referendo local, embora não seja comum em Portugal, para auscultar a população sobre o futuro daquela zona da cidade. Lembrou ainda que é necessário humanizar o espaço público e que deverá haver restrições de estacionamento para escritórios, pois a zona dispõe de excelentes transportes públicos.

9º- Luís Miguel Lopes manifestou a sua preocupação com o facto de se querer resolver este assunto o mais depressa possível. Questionou o critério seguido para a determinação do preço base da hasta pública. Viu as cinco avaliações externas que acompanham a proposta, são bastante distintas, vão dos 105 milhões até aos 160 milhões de euros, sendo que uma delas apresenta um valor acima de todas as outras. O critério apresentado na proposta foi o da média dos três valores mais elevados, pergunta por que é que não fizeram a média dos três valores intermédios, descartando o mais baixo e o mais alto.

5. Relato das Intervenções do Presidente da Câmara

Apresentação inicial

Quero deixar aqui umas notas prévias sobre o terreno da antiga Feira Popular:

1º - Titularidade

Depois de 2005, em que houve a hasta pública seguida de permuta com a Bragaparques, o processo entrou num contencioso judicial que levou à anulação do loteamento de iniciativa municipal, da hasta pública e da permuta.

Após um processo de negociação entre a CML e a Bragaparques, chegou-se a um acordo sobre este terreno e o terreno do Parque Mayer, que resolveu uma parte do problema, ficando a titularidade de ambos decidida a favor do município, através do pagamento do dinheiro que a Bragaparques despendeu com a hasta de Entrecampos e com a aquisição do Parque Mayer (101 milhões de euros). Ficou por resolver o montante financeiro final a pagar à Bragaparques, tendo essa matéria sido remetida para um Tribunal Arbitral.

Creio que foi um bom acordo, que permitiu desbloquear uma situação que penalizou a cidade durante muitos anos, com a zona da antiga feira Popular vedada e sem poder usar-se devido ao contencioso jurídico. Só a partir de 2014 é que a situação da titularidade do terreno de Entrecampos ficou resolvida a favor da Câmara. Quero deixar bem claro que qualquer que seja a decisão do Tribunal Arbitral, ela não irá colidir com a titularidade dos dois terrenos (Entrecampos e Parque Mayer), que é da Câmara.

2º - Desenvolvimento da área

A Câmara está há mais de um ano a preparar e estudar a melhor forma de desenvolver o terreno de Entrecampos. A primeira decisão foi a intenção de alienar este terreno, porque é normal fazê-lo em plena malha urbana da cidade, porque é normal que a construção e promoção venham a ser desenvolvidas por privados e porque há uma dívida da Câmara que tem de ser paga e tem impacto nas contas municipais. A segunda decisão foi: se é para alienar, então deve sê-lo nas melhores condições, quer em termos de encaixe financeiro, quer em termos de programa.

Houve sobre isto um debate interno muito intenso e chegámos à conclusão que apresentámos na proposta, ou seja, optámos por um lote único e não por um novo loteamento, porque isso permite uma maior unidade do projecto e assegura que podemos aumentar as áreas de fruição pública e as áreas verdes permeáveis acima do exigido pelo PDM, o que seria mais difícil com um loteamento. Assim, assentámos nas seguintes decisões:

a) O projecto terá obrigatoriamente que ter pelo menos 50% da área do terreno, que é de 42.550m², afecta a circulação pública, e pelo menos 30% da área do terreno afecta a área verde permeável, o que equivale a cerca de 12.000m², que é mais de um hectare.

b) a escolha de usos partiu de dois elementos de fundo: Lisboa precisa de espaços para escritórios e empresas para gerar mais emprego na cidade; os estudos de mercado indicam que muitas empresas não encontram em Lisboa espaços com dimensão significativa para estes usos. Até há poucos meses havia apenas dois espaços para estes usos com área superior a 10.000m². A EDP, por exemplo, precisou de construir uma sede nova por não encontrar espaços com a área requerida. É normal procurar este tipo de espaços na zona central da cidade.

c) Depois do debate que decorreu na Câmara, foi proposto e aceitámos a inclusão de um limite mínimo para habitação, fixado em 20% da área de construção prevista. Entendo que nestas áreas centrais é preferível aumentar o comércio e serviços e procurar aumentar a habitação disponível através da reabilitação urbana e não através de construção nova. Até porque naquele local a construção de habitação será de altíssimo valor e dirigida a segmentos muito altos da procura. Para a Câmara, a prioridade em habitação deve centrar-se reabilitação urbana e em habitação acessível e deve privilegiar o arrendamento.

Concluo com duas notas:

a) No processo que desenhámos há uma grande preocupação com a execução do projecto, a fim de evitar o risco de o comprador não realizar nada nos anos mais próximos, pelo que impomos uma garantia bancária que vai sendo libertado à medida da realização e um prazo máximo de realização de 10 anos;

b) Impusemos neste processo uma exigência muito grande de transparência e de concorrência, quer através de uma campanha de sensibilização internacional, quer pela divulgação sistemática de todos os dados disponíveis, quer pela imposição de uma hasta pública que espero venha a ter o maior número de investidores qualificados.

Primeira intervenção de respostas do Presidente da Câmara

(depois das intervenções dos cidadãos José Toga Soares, Francisco Nunes da Silva, Augusto Vasco Costa, Teresa Sá e Melo, Luísa Chaves e Licínia Dias)

Quanto às críticas que aqui ouvi, a apreciação que cada um faz dos vários executivos é livre, por isso há voto periódico e liberdade de escolha. Julgo no entanto que uma análise justa não levaria às conclusões a que chegou. Não percebo a ligação entre pertença à esquerda e ser

contra a construção em altura, pois, se houvesse só moradias no centro, isso levaria ao aumento do preço da habitação na cidade. Também não me sinto com legitimidade diminuída, exerço os meus poderes sem reserva e sem temor.

Quanto à construção em altura, considero que qualquer radicalismo é errado: há zonas onde ela é desejável e outras onde deve ser totalmente proibida e já o é. A zona do Sheraton não é igual à zona ribeirinha ou a Alfama.

Há no entanto três questões centrais:

1ª - Deve este ser um projecto com mais habitação, ou predominantemente de habitação? Em nosso entender não. O repovoamento é uma necessidade mas deve alicerçar-se na edificação existente. Perdemos 300.000 habitantes nas últimas três décadas mas aumentámos o número de edifícios. Eu moro nas Avenidas Novas e o que vejo? Falta de reabilitação urbana numa parte do edificado, que fica deserto; e há muito menos pessoas nos agregados familiares. Se é assim, a resposta não pode vir da construção nova, à excepção de zonas muito degradadas, mas sim da reabilitação do edificado existente.

Naturalmente a cidade precisa de alguma construção. Precisamos de habitação de renda acessível. É uma prioridade para a cidade, mas não neste espaço, porque seria de altíssimo custo. Se a Câmara olhasse só ao lucro que pode ter com esta operação, poria muito mais habitação, é isso que os promotores desejariam aqui, 100% de habitação, mas isso iria aumentar o valor do terreno.

Nos anexos à Proposta podem ver os valores para habitação na zona, que podem ultrapassar os 5.000€/m², o que significa mais de meio milhão de euros para um apartamento de 100m². Não foi essa a nossa opção.

2ª – Equipamento e espaço público

Tem razão quem colocou estas questões. Por isso se faz uma venda integral do terreno, com obrigação de deixar 50% livre à superfície para circulação pública. Se fosse um loteamento, esse valor seria muito menor (5% segundo o actual PDM). A zona verde também seria mais reduzida. A nossa opção foi o inverso.

Quanto ao equipamento, também têm razão. A Câmara reservou um terreno de 12.000m² (mais de um quarto da área do terreno de Entrecampos) exclusivamente para equipamento. Pode ser teatro, pode ser escola, mas será sempre equipamento.

E por que é que não é o promotor a pagar isto? Na prática será, porque o valor das compensações urbanísticas¹ está incluído no valor base da hasta pública. Assim há clareza no preço e transparência.

3ª – Nova Feira Popular

A Feira Popular é um espaço que tem uma história, um simbolismo, um significado (Eu também sou do Porto, mas cheguei a Lisboa mais tarde). Estamos perto de estar em condições

¹ 21.556.800€, de acordo com a Proposta 395/CM/2015

de anunciar a localização da nova Feira Popular. Deverá ser acessível em termos financeiros e de mobilidade, deve ter traços de ligação com a antiga Feira popular, mas com maior qualidade urbana e paisagística. Entendo que a cidade precisa de um espaço desses.

4ª – Tráfego

O estudo de tráfego é obrigatório e em deverá ser feito em função do projecto concreto que venha a ser apresentado. Pode haver diferentes projectos com diferentes configurações, depende das soluções arquitectónicas. A orientação de fundo exclui no entanto o acesso pela Av. das Forças Armadas, por razões óbvias.

Quero terminar lembrando que houve um custo para a Câmara com a aquisição deste terreno, que foi o custo que suportámos para fechar o contencioso quanto à titularidade do terreno. Quando concluirmos este trabalho nesta frente, espero ter dos dias mais reconfortantes da acção deste executivo.

Segunda intervenção de resposta do Presidente da Câmara *(depois da intervenção de Ana Regalado)*

Concordo com o que foi dito *(sobre turismo)*. A cidade ganharia com o alargamento de zonas de atracção turística. As sugestões dadas são interessantes. A Av. Guerra Junqueiro e a Av. de Roma parecem-me evidentes.

Deste processo do terreno de Entrecampos poderá resultar uma solução que vá ligar ao jardim do Campo Grande, em fase final de arranjo, e ao reperfilamento da Av. da República, com mais zonas pedonais e esplanadas, que deverá prosseguir com o Saldanha, com mais espaço para peões, com o reforço da praça junto à Maternidade Alfredo da Costa. Assim, do Campo Grande até quase ao Marquês, podemos vir a ter mais passeios, mais esplanadas, mais espaços verdes e assim aumentaremos a atractividade turística de toda esta zona.

Terceira e última intervenção do Presidente da Câmara *(depois das intervenções de Nuno Clímaco e Luís Miguel Lopes)*

Partilho das preocupações expressas. Toda a zona para sul de Entrecampos precisa de uma intervenção para humanizar a Av. da República e a Av. 5 de Outubro. Essa qualificação está em falta, faz parte do programa municipal “Uma praça em cada bairro” e inclui uma parte importante das Avenidas Novas. Partilhamos por isso do diagnóstico e dos objectivos.

Quanto à questão do preço, há um equilíbrio. As avaliações são distintas e trata-se de uma hasta pública. Só definimos o preço base a partir do qual há um leilão público transparente. Na escolha do preço base, não o colocámos excessivamente alto, para não diminuir a concorrência, mas também não fomos para um valor excessivamente baixo, para não delapidar património.

Mas para outros activos temos outros critérios. Por exemplo no Programa Reabilita Primeiro Paga Depois (RPPD), que é só para alienação de edifícios municipais degradados, partimos de valores muito mais baixos (dezenas ou centenas de milhar de euros). O que a experiência nos dita é que a colocação em valores base mais baixos aumenta muito a concorrência, mas faz

disparar o valor, que pode duplicar o valor base. Numa das hastas do RPPD, por exemplo, houve 170 lances só para um prédio.

Quando se trata de uma activo com esta dimensão, temos de nos precaver. Em todo o caso e por mais esforço que façamos, não creio que vão existir centenas de concorrentes. Serão umas dezenas no mundo, dos maiores em qualquer capital. Mas não podemos correr o risco de pôr um preço que não seja próximo do valor de mercado.

Debatemos muito no executivo esta proposta, mas parece-nos que ela é equilibrada. O valor não é tão baixo que seja prejudicial para a valorização do terreno. O que fez aliás subir muito uma das avaliações (a mais alta), foi o facto de ela ter valorizado mais o preço da habitação. Se a opção do município fosse predominantemente habitação, certamente o valor do terreno seria maior. Mas nessa altura com certeza nos criticariam por estar a pôr a valorização patrimonial acima de tudo o mais.

5. Guião minutado do registo gravado da audição pública

O registo integral em vídeo da audição pública promovida pela Assembleia Municipal sobre a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular no dia 9 de julho de 2015, às 18.30, no Fórum Lisboa, está disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=-GL9hou-NtA>

As intervenções do público inscrito e as respostas da Câmara e da Mesa podem ser vistas e ouvidas a partir do minuto correspondente ao início de cada uma delas na gravação vídeo.

- **Mesa**

0.00 - Abertura pela Presidente da Assembleia,

- **Câmara**

3.30 – Apresentação da proposta **395/CM/2015** (hasta pública para o terreno de Entrecampos) pelo **Presidente da Câmara**

- **Público**

23.13 – Intervenção de **José Toga Soares**, Presidente da Associação de Moradores das Avenidas Novas

28.58 – Intervenção de **Francisco Nunes da Silva**

30.00 – Intervenção de **Augusto Vasco Costa**

34.04 – Intervenção de **Teresa Sá e Melo**

31.08 – Intervenção de **Luísa Chaves**, da Direcção da Associação de Moradores das Avenidas Novas

41.08 – Intervenção de **Licínia Dias**

- **Deputados Municipais da 1ª e 3ª Comissões Permanentes**

49.53 – Intervenção da Deputada Municipal **Rosa Maria Carvalho da Silva**

- **Câmara**

53.46 – Respostas do **Presidente da Câmara**

- **Público**

1.14.25 – Intervenção de **Ana Regalado**

- **Câmara**

1.16.03 – Resposta do **Presidente da Câmara**

- **Público**

1.20.30 – Intervenção de **Nuno Clímaco**

1.24.15 – Intervenção de **Luís Miguel Lopes**

- **Mesa**

1.27.06 – Resposta da **Presidente da Assembleia** a Nuno Clímaco

- **Câmara**

1.27.33 - Respostas do **Presidente da Câmara** aos dois últimos oradores do público

- **Mesa**

1.36.27 – Encerramento da audição pela **Presidente da Assembleia**

6. Conclusões e recomendações

Remete-se para as conclusões dos pareceres sobre a petição 11/2015 e da proposta 395/2015, que já tiveram em conta o resultado desta audição.

Recomenda-se que em próximas audições públicas a Assembleia Municipal pondere a possibilidade de as realizar em local mais próximo da zona em discussão e, se possível, em colaboração com as Juntas de Freguesia da área, para promover a participação do maior número de cidadãos.

Este Relatório foi apreciado na reunião conjunta da 1ª e 3ª Comissões Permanentes realizada em 13 de julho de 2015, devendo a sua recomendação ser incluída nas recomendações sobre a petição 11/2015.

Lisboa, 13 de Julho de 2015

A Deputada Municipal relatora

Helena Roseta

A Presidente da 1ª Comissão Permanente

Irene Lopes

A Presidente da 3ª Comissão Permanente

Margarida Saavedra